**Falas dos representantes dos sindicatos na reunião com assessores do senador Carlos Viana (PSD/MG)**

**Paulo José da Silva, coordenador geral do Sitraemg**

Afirmou que os servidores estão sendo massacrados por inúmeras reformas  que aconteceram  em governos passados, e que já estão cansados de ser bodes expiatórios para os governos. Daqui para frente, avisou, "vamos pra cima de quem tentar retirar os nossos direitos".

**Alexandre Magnus, coordenador do Sitraemg**

Antes de passar a fala para a assessoria do senador Carlos Viana, Magnus reclamou que essa PEC 186 é ligada a ataques a direitos sociais e enfraquecimento do Estado, temas que devemos ter preocupação e lutar contra aprovação neste momento de pandemia. Ao final da fala, pediu o desmembramento da PEC ao auxílio emergencial e que se rejeitassem os gatilhos.

**David Landau, coordenador do Sitraemg**

Chamou a atenção para a falta de incentivo que a PEC traz ao trabalho dos servidores públicos, mantendo um congelamento salarial de anos e acabando, inclusive, com as progressões. Ele também argumentou sobre os impactos que o projeto traz para a população e para o país.

**Eduardo Schettino, diretor do Sindireceita**

Argumentou com a assessoria do senador que utilizar a oportunidade da PEC emergencial para uma reforma administrativa disfarçada, por meio do arrocho dos servidores, é injusto, incorreto e contraproducente. É injusto porque a conta do auxílio deve ser suportada por toda sociedade, na medida da capacidade contributiva de cada um (e há muitos segmentos ricos e privilegiados que não estão arcando com essa conta). Incorreto porque a reforma administrativa é uma discussão à parte, inerente à construção do Estado no longo prazo e promover essa abordagem apenas pelo prisma da despesa, do congelamento dos vencimentos é um absurdo. Contraproducente porque os servidores respondem por 32% da massa salarial do país e são os trabalhadores que ainda mantêm alguma capacidade de consumo e poupança, portanto, essenciais à manutenção da atividade econômica.

**Charles Bruxel, presidente do Sindissétima**

Argumentou que os servidores vêm sendo alvos de sucessivos ataques, sendo injusto que sejamos submetidos a congelamentos salariais sem fim, inclusive nas progressões promoções. Foi ressaltada a complexidade dos inúmeros gatilhos financeiros e orçamentários da PEC 186 e a impossibilidade de sequer se avaliar, no curto espaço de tempo em que a matéria está sendo efetivamente debatida, quais os impactos que isso criará nos municípios, estados, Distrito Federal e União. Defendeu que é fundamental o desmembramento do debate sobre a volta do auxílio emergencial da discussão sobre as medidas restritivas da PEC 186.

**Maria da Conceição dos Santos Santos, do Sindsep**

Depois da fala de meus colegas, que deixaram bem evidente que essa PEC que estamos repudiando é prejudicial ao servidor público, eu tenho que dizer que não é só para o servidor e, sim, a toda população. Tenho que dizer, aqui, que nós sindicalistas estamos debatendo a PEC 186/19, a PEC 32/20, e também todo o desmonte desse desgoverno. E já fizemos um longo debate nas nossas bases. E, por isso, já sabemos as verdades e mentiras. Criamos vários fóruns ao longo desses 5 anos de penúria. E quero falar para o nosso senador que somos representantes de nossas bases. Estamos falando o que discutimos durante esse tempo. Temos autoridade para falar em nome dos servidores públicos que representamos. E não são poucos. A nossa base é representativa. E nossa categoria vem cobrar do senador Carlos Viana uma posição. Temos aqui várias categorias. Todas na luta contra a PEC 186 e todo esse saco de maldades.

**Márcia Valéria Ribas Pissurno, coordenadora do Sindjufe-MS**

Márcia informou que, durante a reunião ocorrida de manhã, a senadora Simone concordou que os servidores não podem ser penalizados pela crise, asseverou que estava apoiando a emenda do senador Serra que desmembrava o debate do auxílio emergencial, como também a emenda do senador Rogério Carvalho que dispunha sobre a utilização do superávit dos fundos públicos para pagamento do auxílio.